

PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM RELAÇÃO AO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Rayssa Huller¹, Elisandra Alves Kuse¹

¹Centro Universitário Uniavan – SC, Brasil

e-mail: elisandra.kuse@uniavan.edu.br

INTRODUÇÃO

A saúde, antes definida apenas como a ausência de doenças, passou a ser entendida de maneira mais abrangente, incorporando fatores como o saneamento, o acesso a serviços essenciais e as condições de vida. Essa ampliação do conceito de saúde está respaldada pelo Artigo 196 da Constituição Federal de 1988, que garante o direito universal à saúde (Brasil, 1988; Prado et al., 2021). No entanto, apesar dessa garantia, a população em situação de rua (PSR) enfrenta dificuldades significativas para acessar os serviços de saúde, devido a barreiras como o preconceito, a burocracia e a falta de continuidade no atendimento (Macedo; Speçato; Santos, 2021).

Embora o Sistema Único de Saúde (SUS) tenha avançado com iniciativas como a Política Nacional para a População em Situação de Rua e os Consultórios na Rua, essas políticas ainda não garantem um acesso efetivo e para a PSR. Essa população, muitas vezes, busca atendimento em serviços de urgência, o que não assegura o acompanhamento necessário para suas condições de saúde (Lira et al., 2019; Silva et al., 2021).

O aumento da PSR, especialmente após a pandemia de COVID-19, torna ainda mais urgente a necessidade de políticas públicas eficazes, já que a população em situação de rua no Brasil alcançou 236.400 pessoas em 2022, com uma significativa concentração no estado de Santa Catarina (Brasil, 2023; Horvath Junior; Nery; Fiuza, 2023). Este estudo justifica-se pela necessidade urgente de compreensão das percepções e demandas dessa população vulnerável, visando embasar estratégias que reforcem o princípio da universalidade e promovam melhorias no atendimento à saúde para a PSR. Sendo assim, este estudo tem como objetivo investigar a percepção da população em situação de rua em relação ao acesso aos serviços de saúde.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, e foi realizada em uma casa de passagem municipal localizada em um município da região da Foz do Rio Itajaí, Santa Catarina. A coleta de dados aconteceu por meio de entrevistas semiestruturadas com 14 participantes (12 homens e 2 mulheres), que foram selecionados a partir de critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos. A análise dos dados seguiu a metodologia de Análise Temática, emergindo duas categorias principais: "Fortalezas do acesso" e "Fragilidades do acesso". O presente trabalho consistirá em um resumo expandido de um artigo de conclusão de curso, sendo assim, será abordada apenas a vertente da categoria das "fragilidades do acesso". Este trabalho passou por aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa, aprovado sob o CAAE: 80914624.2.0000.5592.

DISCUSSÕES

É possível observar que a PSR recorre aos serviços de saúde apenas em casos de extrema necessidade, quando a queixa supera a tolerância à dor ou ameaça diretamente a sobrevivência (Valle; Farah, 2020). Essa prática reflete uma fragilidade no sistema em garantir um atendimento preventivo e contínuo para indivíduos em situação de vulnerabilidade. É possível observar esta realidade através do relato do participante abaixo.

[...] Quando eu tô no fundo do poço mesmo. Quando eu tô no fundo do poço, não tem saída (P11)

Entre os principais obstáculos enfrentados pela PSR estão o estigma e a discriminação por parte de profissionais de saúde, especialmente em decorrência da aparência, higiene e pela visão moral sobre o uso de álcool e drogas (Queiroz et al., 2021). Essas questões reforçam a importância de um acolhimento livre de estigmas e preconceitos, para garantia de um atendimento digno e humanizado para todos.

[...] Se o cara chega sujo, ele já fica olhando do pé a cabeça. Aí tu chega todo arrumadinho,

tu é atendido melhor. Quando tu chega todo mal arrumado, tu é atendido mal arrumado. Entendeu? Parece que as pessoas julgam pela aparência [...]

Tem uns que nem dá bola pro cê, tem uns que nem perguntam o que tu tem, já pega e passa e tá com qualquer coisa. Realmente faz isso. Teve uma vez que me deram o remédio errado que eu quase morri (P14)

Todavia, é importante ressaltar que, na maioria das vezes, não são as drogas que levam as pessoas à rua, mas sim problemas econômicos, exclusão social e a ruptura dos laços familiares. A rua acaba se tornando um mecanismo de sobrevivência diante da falta de alternativas, sendo esta uma forma de refúgio temporário (Teixeira et al., 2019).

[...] tem pessoas que passaram por processos difíceis da vida... percas... morreu... Perdi um filho, perdi esposa, então pra mim aceitar a perda de uma morte de uma pessoa que eu amava muito é difícil, eu acabei me entregando para o álcool e a droga, mas aprendi a conviver com essa dor [...] (P5)

Além do estigma, fatores como burocratização do atendimento, exigência de documentos, negligência e priorização de pacientes com base em aparências ou comportamentos, dificultam o acesso aos serviços, mesmo diante de doenças crônicas ou condições de saúde agravadas. Muitos acabam abandonando tratamentos ou sequer conseguem iniciá-los, agravando ainda mais a condição e comprometendo o direito à saúde.

Tais evidências demonstram que apesar de muitos avanços e implementação de políticas públicas específicas, como a PNPSR, ainda é possível observar que a PSR ainda enfrenta barreiras no acesso a direitos sociais básicos e previstos em Constituição Federal (Andrade et al., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender a percepção da PSR sobre o acesso aos serviços de saúde, revelando importantes fragilidades nesse processo. Foram identificados obstáculos

como o estigma, o preconceito, a excessiva burocratização e a descontinuidade do cuidado, fatores que comprometem a efetivação dos princípios da universalidade, equidade e integralidade preconizados pelo SUS.

Nesse sentido, torna-se urgente reconhecer as especificidades dessa população e implementar estratégias que promovam um cuidado em saúde mais acessível, inclusivo e humanizado. Considerando o crescimento da PSR no cenário pós-pandêmico, é imprescindível que políticas públicas e ações intersetoriais sejam fortalecidas, a fim de garantir a dignidade, os direitos fundamentais e a justiça social a esse grupo historicamente vulnerabilizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rebeca de et al. O acesso aos serviços de saúde pela População em Situação de Rua: uma revisão integrativa. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 132, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/c8JDyXMSz7bHRHrLFdxthPr/#>. Acesso em: 06 maio 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 5 out.1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 maio 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. População em situação de rua: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília, ago. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_ua_digital.pdf. Acesso em: 06 maio 2025.

HORVATH JUNIOR, Miguel; NERY, Vitor Goulart; FIUZA, Vinicius Soutosa. Assistência social e assistencialismo: uma soma que pode fazer a diferença para a população em situação de rua. *LIBERTAS: Revista de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 13, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.famig.edu.br/index.php/libertas/article/view/368>. Acesso em: 06 maio

2025.

LIRA, Cindy Damaris Gomes et al. O ACESSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA É UM DIREITO NEGADO? Reme: Revista Mineira de Enfermagem, v. 23 n. 1, 2019. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-27622019000100204&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 06 maio 2025.

MACEDO, Felipe Aparecido Vendrame; SPEÇATO, Layla Graciano; SANTOS, Aliny Lima dos. A atuação do consultório na rua quanto ao acesso da população em situação de rua aos 19 serviços de saúde: uma revisão literária. Encontro Internacional de Produção Científica, 2021. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/anais-epcc-2021/wp-content/uploads/sites/236/2021/11/281.pdf>. Acesso em: 06 maio 2025.

PRADO, Michely Aline Rodrigues do et al. Pessoas em situação de rua: aspectos sobre a saúde e experiências com serviços sanitários. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 74, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/F6vCNPSK7LTf53sPHhNVyvc/?lang=pt#>. Acesso em: 06 maio 2025.

QUEIROZ, Isabella et al. A abordagem da população em situação de rua no sistema único de saúde: uma realidade que precisa ser mudada. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 2, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/28152/22294>. Acesso em: 06 maio 2025.

SILVA, Tarcisio Oliveira et al. População em situação de rua no Brasil: estudo descritivo sobre o perfil sociodemográfico e da morbidade por tuberculose, 2014-2019. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 30, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/PSxSGxP74bq473khC96GZmb/?lang=pt#>. Acesso em: 21 mar. 2024.

TEIXEIRA, Mirna Barros et al. Os invisibilizados da cidade: o estigma da População em Situação de Rua no Rio de Janeiro. Saúde Debate. v. 43, n. 7, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/HvKgfjxk3zpkcHBKFMn6tz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 maio 2025.

VALLE, Fabiana Aparecida Almeida Lawall; FARAH, Beatriz Francisco. A saúde de quem está em situação de rua: (in)visibilidades no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/physis/v30n2/0103-7331-physis-30-02-e300226.pdf>. Acesso em: 07 maio 2025.